



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10830.007200/2004-14  
**Recurso nº** Voluntário  
**Resolução nº** 2202-000.585 – 2<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Data** 17 de julho de 2014  
**Assunto** Solicitação de Diligência  
**Recorrente** ESPÓLIO AIRTON DE ALMEIDA REZENDE  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Resolvem os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

(Assinado digitalmente)

ANTONIO LOPO MARTINEZ - Presidente

(Assinado digitalmente)

FABIO BRUN GOLDSCHMIDT - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Antonio Lopo Martinez, Vinicius Magni Vercoza, Marcio De Lacerda Martins, Jimir Doniak Junior, Dayse Fernandes Leite e Fabio Brun Goldschmidt

## RELATÓRIO

Trata-se de auto de infração (fls. 4/10) constituído em razão de **omissão de rendimentos recebidos de pessoas físicas**, correspondente ao ano-calendário 1998, relativo ao Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF exigindo o crédito tributário na monta de R\$ 555.688,10, já incluída a multa de ofício e juros.

O detalhamento da infração imputada ao recorrente vem bem descrito no Termo de Verificação Fiscal. (fls. 11/18).

Procedimento de Fiscalização O contribuinte foi intimado, em 25/07/2004, por Termo de Início de Ação Fiscal (fls. 24/26), para, em relação à movimentação financeira efetuada no ano-calendário de 1998, comprovar, mediante apresentação de documentação hábil, a origem dos recursos que possibilitaram a realização dos depósitos e/ou créditos nas instituições bancárias, na quais o contribuinte tenha mantido contas correntes, contas de poupança, contas de investimentos ou equivalente.

Em resposta o contribuinte informou haver impedimento legal para atendimento da intimação em virtude da decisão judicial concedida em sede de Mandado de Segurança nº 2001.61.05.005096-6. (fl. 28/29). Naquele momento foi acostada a sentença que se concedeu a segurança, cujo dispositivo restou assim consignado: *“Ante o exposto, com fulcro nos dispositivos constitucionais citados, julgo procedente a ação e concedo a segurança para determinar que a autoridade administrativa fica adstrita à autorização judicial quanto à quebra do sigilo bancário para obtenção de dados bancários e cadastrais do contribuinte. Concedo também a segurança para declarar que o procedimento administrativo na forma da lei impugnada, quanto aos tributos e contribuições só produzirá efeitos a partir da data de edição da Lei n.º 10.174/2001 que modificou a redação original do artigo 11, § 30 da Lei n.º 9.311 de 24.10.1996.”*. (fl. 28/39).

A fiscalização cumpriu a decisão judicial. Em 20/02/2004, foi procedido o pedido de quebra de sigilo fiscal do recorrente, o qual foi deferido pela Justiça Federal no Processo Crime nº 2004.61.05.000705-7. (fls. 21/23), motivo pelo qual a RFB deu continuidade à ação fiscal em curso. (Conferir. Mas me parece que havia decisão permitindo a quebra do sigilo anteriormente a essa permissão)

Foram encaminhados à fiscalização todos os extratos bancários do recorrente pelas instituições financeiras Itaú, Banco Real ABN AMRO e dos Bancos Mercantil de São Paulo e Bradesco S/A. (fls. 104/248).

A partir dessas informações prestadas pelas instituições financeiras, a fiscalização intimou o recorrente para comprovar, mediante apresentação de documentação hábil e idônea, a origem dos recursos demonstrados nas tabelas elaboradas pelo Fisco, que possibilitaram a realização dos créditos ou depósitos totalizados mensalmente.

O recorrente informou que a origem dos recursos decorreu da restituição do capital do *“de cuius”* dos diversos caminhões alienados. (fls. 40/47). Foram acostados diversos documentos. (fls. 56/98).

Dos documentos apresentados pelo recorrente e das suas manifestações quanto à justificativa dos depósitos bancários, a fiscalização excluiu da base de cálculo os cheques devolvidos, o crédito verificado no Banco Itaú a título de transferência no valor de R\$ 9.000,00 em 29/12/1998, o qual tem correspondente no Banco Real S/A e as alienações efetuadas no valor de R\$ 6.000,00 e R\$ 12.000,00.

Foi lavrado o auto de infração.

Impugnação O contribuinte foi cientificado do lançamento do crédito tributário, apresentando tempestivamente a impugnação (fls. 264/276), alegando em síntese:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 09/09/2014 por FABIO BRUN GOLDSCHMIDT, Assinado digitalmente em 12/09/20

14 por ANTONIO LOPO MARTINEZ, Assinado digitalmente em 09/09/2014 por FABIO BRUN GOLDSCHMIDT

Impresso em 16/09/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

o Termo de Início de Fiscalização foi embasado no art. 11, da Lei nº 9.311/96, sendo que a redação original do § 3º do citado dispositivo dispunha que: “A Secretaria da Receita Federal resguardará, na forma da legislação aplicada à matéria, o sigilo das informações prestadas, vedada sua utilização para constituição de crédito tributário relativo a outras contribuições ou impostos”, sendo que o auto lavrado abrangeu o ano-calendário de 1998, e por isso, o lançamento, com apoio nas informações prestadas pelas instituições financeiras sobre a CPMF recolhida, não tem fundamento legal, posto que, no período, a legislação garantia o sigilo das informações repassadas e vedava que o Fisco instaurasse procedimento para constituição de crédito tributário a partir das informações;

o princípio da legalidade não foi observado e aplicado no lançamento ora impugnado, o que é inadmissível em face, também, do § único do art. 142 do CTN, infringindo-se o *due process of law* previsto no art. 5º, LIV, da Constituição Federal, não podendo se alegar que a posterior alteração do art. 11 da Lei nº 9.311/96 pela Lei nº 10.174/2001 teria o condão de “avalizar” o lançamento combatido, uma vez que o próprio CTN, em seu art. 105, proíbe a aplicação retroativa das leis tributárias, a não ser que se trate de leis meramente interpretativas ou benéficas ao contribuinte (art. 106, I e II), em decorrência disso o lançamento é nulo, pois não há base legal que o sustente;

a decadência do direito de se constituir o crédito tributário em pauta pelo decurso do prazo extintivo desse direito, haja vista que a Lei nº 7.713/88, o imposto sobre a renda auferida pelas pessoas físicas passou a ser tributado mensalmente, configurando-se, portanto, lançamento por homologação, a teor do art. 150 do CTN, de tal sorte que, no que tange ao auto ora impugnado, já se consumou os efeitos da decadência em 10/12/2003, em vista do § 4º do citado art. 150;

a autuação foi lastreada em suposta omissão de rendimentos provenientes de depósitos bancários (art. 42, Lei nº 9.430/96); contudo, a mera presunção de falta de origem que teria propiciado os referidos depósitos não pode ser oponível contra o contribuinte, posto que valores constantes em extratos bancários não constituem fato gerador do imposto de renda, conforme a súmula 182 do extinto TRF;

os depósitos bancários têm como origem os valores recebidos a título do encerramento da empresa Rápido Sanjoanense Transportes Ltda., CNPJ 38.975.132/0001-01, na data de 10/10/1994, empresa esta da qual o *de cuius* foi sócio, e, em contrapartida, recebeu a restituição de seu capital na forma de diversos caminhões, os quais foram, posteriormente, vendidos, o que gerou o numerário em suas contas correntes;

após o encerramento da referida empresa, passou-se a comprar, revender e intermediar veículos, fato que justifica a posse provisória de dinheiro em suas contas correntes, sendo certo que, após a efetivação de algumas das operações, o resultado era acolhido em sua conta e posteriormente creditado a quem de direito;

ainda, a Fiscalização não produziu qualquer contraprova; ao contrário, limitou-se a alegar que não teria sido apresentada documentação hábil e idônea comprobatória da origem dos depósitos, muito embora, com a quebra de sigilo bancário determinado pela Justiça Federal, o Fisco passasse a dispor dos extratos bancários do impugnante e, com esses demonstrativos, poderia facilmente comprovar que a movimentação bancária ocorrida era derivada das operações empreendidas pelo *de cuius*;

ademas, os valores depositados em bancos convolaram-se em renda consumida, acompanhado de sinais exteriores de riqueza, torna-se incabível a tributação intentada em vista da falta de nexo causal entre os depósitos e a suposta omissão de rendimentos;

Requer, ao final, por todos os motivos aventados, que seja decretada a total improcedência do lançamento em questão e a insubsistência do Auto de Infração em debate.

Acórdão da DRJ A 7ª Turma de Julgamento da DRJ/SPOII, por unanimidade de votos, julgou improcedente a impugnação, mantendo o auto de infração. (fls. 278/292), conforme ementa que segue:

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA – IRPF Ano-calendário: 1998 PRELIMINAR. DECADÊNCIA.** Preliminar que se afasta tendo em vista que, tratando-se de lançamento ex officio, a regra aplicável na contagem do prazo decadencial é a estatuída pelo art. 173, inciso I, do Código Tributário Nacional, iniciando-se o prazo decadencial a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

**PRELIMINAR. APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO.** Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas.

**DEPÓSITOS BANCÁRIOS. OMISSÃO DE RENDIMENTOS.** A Lei nº 9.430/1.996, no seu art. 42, estabeleceu uma presunção legal de omissão de rendimentos que impõe o lançamento do imposto correspondente, sempre que o titular da conta bancária, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos creditados em sua conta de depósito ou de investimento.

Recurso Voluntário Da decisão proferida pela DRJ, a contribuinte apresentou Recurso Voluntário às fls. 299/308, repisando os argumentos da impugnação.

É o relatório.

## VOTO

Conselheiro Fabio Brun Goldschmidt, Relator

Trata-se o presente caso de auto de infração constituído em face de Espólio de Airton de Almeida Rezende, em razão de **omissão de rendimentos recebidos de pessoas físicas**, correspondente ao ano-calendário 1998, relativo ao Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF.

O auto de infração é resultante do Mandado de Procedimento Fiscal movido frente a Airton de Almeida Rezende.

É assente a jurisprudência nessa Câmara de que a presunção estabelecida no artigo 42 da Lei 9.430/96 tem natureza personalíssima e intransmissível, portanto, a obrigação

---

deve recair exclusivamente sobre a pessoa do sujeito passivo, ou seja, o efetivo titular dos depósitos bancários objeto de autuação no período fiscalizado.

Sendo assim, considerando que não consta nos autos qualquer informação a respeito da data de falecimento, no intuito de verificar quem era o titular dos débitos analisados, voto para que seja convertido em diligência o presente julgamento, determinando-se à autoridade fazendária que intime o contribuinte a trazer aos autos certidão de óbito do *de cujus*.

(Assinado digitalmente)

Fabio Brun Goldschmidt - Relator